

# A elaboração dos documentos na medida<sup>1</sup>

Sara Regina Munhoz

Mestre em Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

## Resumo

Proponho apresentar neste artigo os resultados da etnografia que recentemente desembocou em minha dissertação de mestrado. A pesquisa foi realizada em um núcleo de atendimento (MSE-MA) a adolescentes autores de práticas infracionais na Zona Leste de São Paulo e privilegiou as percepções que os profissionais do núcleo têm da construção do atendimento, e as relações que estabelecem com os adolescentes, com o Poder Judiciário e com outras instâncias governamentais. Neste texto etnográfico, sugiro uma apresentação das formas como a equipe lida, por um lado, com a rigidez das metas estabelecidas pelos juízes e descritas nas legislações e, por outro, com a exigência também legal de que os atendimentos sejam individualizados. Para lidar com essas duas lógicas distintas e apresentar aos juízes os saberes que só podem ser construídos no núcleo, os técnicos utilizam a escrita e a interpretação dos documentos como suas principais armas. Trata-se de um exercício cotidiano de construção de argumentos que justifiquem os caminhos tomados a cada atendimento. Descreverei, ainda, os momentos corriqueiros em que os técnicos não conseguem estender ao Judiciário suas percepções, provocando visões divergentes sobre o andamento dos casos. Argumento, deste modo, que a relação entre a equipe e os juízes é sempre marcada pela incerteza, e que a definição de atendimento precisa ser negociada caso a caso. Esta incerteza se manifesta através da convivência, no núcleo, de diferentes saberes e diferentes formas de governo dos meninos.

Palavras-chave: medidas socioeducativas, documentos, políticas públicas

## Abstract

### *The documents elaboration in a socio-educational assistance nucleus*

I propose in this article to present the results of the ethnography which recently culminated in my dissertation. The survey was conducted on a assistance nucleus for adolescents infrational authors (MSE-MA) in the East Zone of São Paulo and privileged the perceptions that the assistance nucleus professionals have of the construction of assistance, and the relationships they establish with the adolescents, with the judiciary and other government agencies. In this ethnographic text, I suggest a presentation of the ways the team handles, on the one hand, with the rigidity of the goals established by judges and described in the legislation and, on the other hand, with the requirement, also legal, that assistances are individualized. To deal with these two different logics, and present to the judges the knowledge that can only be built from the nucleus, technicians use the writing and interpretation of documents as their main weapons. It is a routine exercise of building arguments that justify the paths taken in each assistance. I also describe the frequent moments that the technicians can not extend their perceptions to the judiciary, causing divergent views on the progress of the cases. I argument, therefore, that the relationship between the team and the judges is always based on the uncertainty and the definition of assistance needs to be negotiated in each case. This uncertainty manifests itself by the coexistence, in the nucleus, of different knowledge and different forms of governance of the adolescents.

Keywords: socio-educational measures, documents, public policies

---

1. Nota dos Editores: este artigo foi originalmente apresentado no II Seminário de Antropologia da UFSCar, realizado entre os dias 11 e 14 de novembro de 2013, no Grupo de Trabalho Política e Saberes Técnicos.

A Obra Social Dom Bosco Itaquera atende cerca de 120 *meninos e meninas* que precisam cumprir suas medidas socioeducativas (MSE), estipuladas judicialmente, em meio aberto.<sup>2</sup> Trata-se de uma organização não-governamental salesiana, fundada e dirigida por um sacerdote espanhol que há quase 40 anos iniciou seus trabalhos na região de Itaquera, Zona Leste de São Paulo. Inicialmente, as atividades oferecidas pela obra social eram lúdicas e recreativas, tentando atender a um público considerado *vulnerável*, mas que ainda não tinha sido *mordido* pelo crime e pelas drogas. Crianças que frequentavam a rede pública de ensino em um dos períodos do dia e que, no período contrário, encontravam nas atividades da Obra uma alternativa aos *perigos da rua*. Com o tempo, a obra se expande e passa a oferecer cursos profissionalizantes, abrigos, creches, atividades para a terceira idade, mutirões para a construção de casas populares etc. Ainda que o público tenha se diversificado, a preocupação explícita do padre e dos funcionários continuou sendo a de *prevenção*, em consonância com o *espírito salesiano*<sup>3</sup> e com uma tendência dos movimentos sociais que se instalaram nas regiões periféricas das grandes cidades entre as décadas de 1970 e 1990.

O *atendimento* aos adolescentes infratores aparece como uma necessidade posterior, uma consequência direta da amplitude que os outros trabalhos oferecidos atingiram. A equipe de funcionários da Dom Bosco lutou pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e sempre defendeu a necessidade de uma atenção especial àqueles que são considerados por essa legislação como *pessoas em desenvolvimento*. No entanto, percebeu que suas ações não poderiam se limitar à prevenção de um contato com o mundo infracional. Muitos meninos que já haviam frequentado as oficinas da obra e seus cursos acabavam sendo pegos, anos depois, pelo sistema judicial. A abrangência da ideia de prevenção se transforma para incluir os adolescentes que, se já haviam experimentado o contato com a polícia e com o tribunal, ainda não tinham sido encaminhados para o sistema penitenciário. Agora, prevenir também é oferecer um atendimento que evite o encontro com um sistema punitivo que, na concepção da equipe de MSE, pode transformar experiências passageiras com o crime em uma realidade permanente de delinquência.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Sobre as notações utilizadas neste trabalho para apresentar os termos acionados por meus interlocutores como centrais às suas atividades cotidianas, adianto: será utilizado o itálico na primeira vez em que cada um desses termos for apresentado. Para não sobrecarregar o texto, nas aparições subseqüentes, utilizarei a grafia normal.

<sup>3</sup> Uma das principais características do carisma, ou *espírito salesiano*, é o Sistema Preventivo de Educação que aposta em um apelo para “as fontes da inteligência, do coração e do desejo de Deus, que cada homem traz nas profundezas de seu ser” e na associação “em uma única experiência de vida” dos educadores e jovens, “em clima de família, de confiança e de diálogo”, procurando manter os seus atendidos longe das práticas consideradas ilegais ou criminosas. Para mais informações sobre o Sistema Preventivo salesiano, conferir <http://www.domboscoitaquera.org.br/dbosco/sisprev.htm>.

<sup>4</sup> Foucault (2009) demonstra como a crítica a um sistema penitenciário como o “grande fracasso da justiça penal” que multiplicava as taxas de criminalidade, provocava a reincidência e fabricava delinquentes foi contemporânea às tentativas de superposição entre a técnica corretiva e a detenção punitiva ainda no século XIX (: 251). Para ele, no entanto, a delinquência não é um defeito resultante do sistema penitenciário, mas uma composição de efeitos deste dispositivo disciplinar específico. Considera a prisão, seu “fracasso” e suas tentativas constantes de reforma como um sistema simultâneo, um conjunto complexo que constitui e torna possível o próprio funcionamento do sistema carceral (: 257).

O atendimento aos adolescentes em LA envolve uma série de atividades que devem ser feitas conjuntamente pelos técnicos, pelos próprios adolescentes e por suas famílias. Em resumo, trata-se do oferecimento de *oportunidades* apresentadas de maneira impositiva, que se manifestam, principalmente, pela inserção desses adolescentes e de suas famílias nos serviços públicos de educação, de saúde, de profissionalização e no controle dos documentos que esses adolescentes têm. A medida é estipulada pelo juiz da Vara de Execuções da Infância e da Juventude (VEIJ), mas sua aplicação escapa aos domínios do tribunal. Em geral, o juiz determina qual das medidas disponíveis deve ser aplicada e por quanto tempo. Em seguida, o adolescente é encaminhado para um núcleo que esteja localizado dentro da área de abrangência de sua residência. A partir daí, um conjunto de documentos deve ser produzido pelo técnico<sup>5</sup> responsável para que o adolescente *entre no sistema*, dê início ao seu atendimento e, em determinados momentos, seja comprovada a sua *iniciativa* e seu *avanço*. Enviar relatórios, construir registros e interpretar documentos são, portanto, tarefas das mais cotidianas nas MSE. Como pretendo demonstrar, os técnicos se esforçam por fazer com que os documentos tenham agência quando circulam entre o núcleo e o Poder Judiciário, que funcionem como armas essenciais na comunicação dos saberes produzidos no núcleo.

A equipe da Dom Bosco lida com vários documentos encaminhados pelo Poder Judiciário ou por órgãos que controlam e orientam as atividades do núcleo, a exemplo da Coordenadoria de Assistência Social da Zona Leste (CAS-Leste) e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São documentos que precisam ser interpretados, catalogados e respondidos em tempos e de formas específicas. São Termos de Entrega, que determinam de maneira genérica qual a medida socioeducativa que deverá ser cumprida caso a caso; orientações sobre a área de abrangência do núcleo, que informam os bairros que devem ser atendidos pela Obra; documentos informativos sobre a forma como as atividades devem ser conduzidas ou como seus textos precisam ser escritos. Além disso, os técnicos redigem Relatórios Iniciais (RI), de Acompanhamento e Sugestões de Encerramento para cada adolescente atendido. Elaboram também o Plano Individual de Atendimento (PIA) para todos os meninos que passam pelas medidas. Preenchem Fichas de Movimentação de Caso, com as informações resumidas dos adolescentes, do ato infracional cometido e seu histórico familiar e institucional; Instrumentais que descrevem todas as atividades desenvolvidas pela equipe mensalmente; Prestações de Contas para a própria Obra Social e para os órgãos fiscalizadores governamentais. Preenchem cotidianamente declarações, atestados, informativos, encaminhamentos e tantos outros documentos. Esses inúmeros documentos circulam dentro da própria Obra Social, entre a equipe e os serviços públicos aos quais os meninos são encaminhados, entre a MSE e o Poder Judiciário, entre os técnicos e as famílias dos adolescentes.

---

<sup>5</sup> A equipe de técnicos era composta por oito profissionais na época de meu trabalho de campo. Quatro deles eram formados em pedagogia e quatro em psicologia. Apesar de suas formações acadêmicas, a ideia difundida na equipe é a de que ali todos eram técnicos e que sua missão era a de orientar, sensibilizar e encaminhar os adolescentes.

Através dos documentos que circulam com tanta frequência e velocidade pelo corredor do núcleo, pelas mãos dos funcionários das medidas e pelos metrô de São Paulo, sujeitos muito específicos passam a existir e a ser governados.

Neste artigo, descrevo brevemente dois tipos de documentos produzidos pelos técnicos da Dom Bosco: o Relatório Inicial (RI) e o Plano Individual de Atendimento (PIA). Embora se apresentem como documentos padronizados, com uma linguagem direta e uso de frases prontas, a elaboração desses papéis demanda muito tempo e exercício da equipe. Os técnicos gastam dias da semana debruçados sobre eles, procurando as melhores maneiras de transmitir aos juízes aquilo que consideram adequado para cada atendimento. Trata-se de um esforço de domínio de uma técnica de argumentação e escrita que funciona como o modo de se fazer política para aqueles que trabalham com as MSE. Por outras palavras, saber controlar aquilo que deve ser mostrado e o que pode ou precisa ser eclipsado é o que constrói, para os juízes, o menino que seu técnico quer revelar. Portanto, os documentos são mais do que versões ou resumos do que foi trabalhado nos vários atendimentos. São, eles mesmos, parte fundamental na gestão desses adolescentes.<sup>6</sup>

O Relatório Inicial é um dos primeiros documentos que precisam ser construídos pelo técnico e enviados ao juiz. Ele deve ser elaborado durante a primeira semana de atendimento, o que limita o tempo de convivência do técnico com o atendido e, conseqüentemente, os saberes sobre o adolescente que ele consegue reunir. Além disso, no momento da elaboração desse relatório, o técnico não tem, em geral, acesso à pasta do adolescente, que reúne os dados construídos em outras instâncias (tribunais, núcleos de atendimento, unidades de internação) desde sua apreensão. O acesso restrito a essas informações torna a escrita do RI extremamente delicada, como veremos.

O modelo do RI passou por algumas transformações durante meu trabalho de campo, mas os dois tipos de relatório a que tive acesso apresentavam informações sobre a situação do adolescente (em relação aos seus documentos, à sua família, à escola e aos eventuais problemas de saúde) e pincelavam as propostas de *encaminhamento* sugeridas pela equipe. Ambos, ainda, se encerravam com um Parecer/Avaliação do Orientador/Técnico, espaço em que as primeiras impressões técnicas são descritas. Essa descrição é feita através de um ou dois parágrafos que informam ao juiz os encaminhamentos realizados, as *resistências* que os técnicos já encontram nos adolescentes e a proposta de atendimento apresentada durante a elaboração do PIA.

---

<sup>6</sup> Meu argumento não é o de uma manipulação deliberada dos relatórios, como Feltran (2011: 18-19) afirma ter encontrado em seu campo. Não tive acesso a dados como estes, nunca vi os técnicos da Dom Bosco discutindo os problemas da escrita nestes termos. Defendo que os documentos produzidos pela equipe, embora sejam fabricações, não são, de modo algum, falsificações (Villela 2011). Os técnicos constroem textos mobilizando saberes que julgam adequados para cada atendimento, e praticando um exercício constante de controle do que é escrito e da forma como as coisas são escritas. Sabem, no entanto, os efeitos que supostas *mentiras* podem ter, e não avaliam que este é um artifício que possa ser utilizado nas redações.

Há uma padronização considerável nas frases que descrevem a proposta de atendimento. Em geral, os registros informam que os adolescentes serão “acompanhados de forma individual, grupal, e visitas domiciliares”. No entanto, no trecho que antecede essa descrição, a variação entre os relatórios é maior. Os técnicos apresentam algumas impressões que têm em relação ao comportamento do atendido ou informações que o adolescente lhes revele e que julguem interessante registrar. Usam frases curtas, como por exemplo, o adolescente “portou-se educadamente”, ou “quanto ao ato infracional o adolescente verbaliza que fora influenciado pelo meio em que vive”, ou ainda “durante a acolhida o adolescente apresentou uma postura impaciente e um pouco imatura para sua faixa etária, já a genitora apresentou fragilidade perante a situação”. Em seguida, apresentam brevemente os encaminhamentos e a sensibilização realizados ao descreverem, por exemplo, que “salientamos sobre a importância da escolarização, responsabilização e comprometimento com a medida”, ou “discutimos sobre o ato infracional e a reinfração, além de suas expectativas futuras”.

Aquilo que é escrito e enviado no primeiro relatório é crucial. Como argumenta um personagem de Kafka (2005: 116), “a primeira impressão que a defesa produz muitas vezes define o processo”. Embora os técnicos não se considerem (ao menos na maior parte do tempo) defensores dos adolescentes, a exposição adequada do modo como veem cada atendimento pode definir seu sucesso ou fracasso, medido pelo aceite da Sugestão de Encerramento. O juiz, em geral, recorrerá ao que foi proposto no início da medida, e à forma como essas propostas foram trabalhadas ao longo dos meses no momento em que o prazo da medida expirar. Esse primeiro Relatório é o que descreve o adolescente que precisará se *ressocializar*, amadurecer e demonstrar iniciativa durante o atendimento. É ele que descreve o adolescente que chegou à medida levado pelo envolvimento com o meio infracional. Esse menino, apresentado pelo documento a partir de algumas categorias e um parecer técnico, é o que precisará passar pelas transformações implicadas em uma medida socioeducativa ao longo dos meses.

Ao apontar as dificuldades que a mãe enfrenta ao lidar com o problema da drogadição do adolescente, os motivos de sua evasão escolar, a maneira como ele encara o ato infracional cometido, ou a falta de expectativas que apresenta para seu próprio futuro, o técnico já *sinaliza* suas impressões em relação aos limites do que poderá ser trabalhado nos meses da medida. O esforço maior é o de não realizar grandes promessas de adesão aos encaminhamentos para que os parâmetros usados pelo juiz ao longo do atendimento não sejam muito elevados. Portanto, o preenchimento dos RI é um dos mais automatizados e, ao mesmo tempo, um dos mais delicados. As semelhanças entre os Relatórios eram inúmeras, mas há um esforço sutil de inserção de detalhes de uma realidade a que somente o técnico tem acesso. Isso é feito, principalmente no campo do Parecer/Avaliação, espaço em que qualquer especificidade observada pelo técnico pode ser adicionada, desde que ele julgue

que esta informação seja relevante para a relação com o Judiciário meses depois, quando o encerramento for sugerido.

Além do próprio Relatório, alguns anexos são enviados ao juiz. São cópias dos documentos que o adolescente já possui, de possíveis declarações de matrícula escolar, ou diplomas de cursos profissionalizantes. Ao longo do atendimento, a cada relatório enviado, outros anexos poderão ser acrescentados, demonstrando de maneira ainda mais palpável os avanços do adolescente. Os anexos são documentos não legais, saberes dos mais corriqueiros e variados, emitidos por outras instituições que não diretamente ligadas ao núcleo de medidas socioeducativas. Ainda assim, a presença desses anexos nos relatórios enviados é fundamental para que os julgamentos a respeito dos atendidos possam ser construídos pelos técnicos e pelos juízes, em diferentes lugares, a partir de diferentes escalas. Como afirma Latour (2010: 75), se sozinhos esses documentos são simples peças de informação, elementos de rotina, ali, por terem sido mobilizados daquela maneira específica, anexados àqueles relatórios específicos, tomam um formato legal, ainda que retroativamente. Os relatórios tornam-se mais confiáveis com esses documentos que lhes são exteriores.

A elaboração e envio do primeiro relatório, que envolve um empenho em selecionar as impressões e informações que serão registradas e em reunir os documentos que serão anexados, elucida um modo de fazer política que é profundamente técnico. Política do sentido de tornar o seu ponto de vista visível, possível, palpável ao juiz que, repito, analisa os atendimentos a partir de outra escala. Como observou Feltran (2011: 18), os relatórios “pautam a decisão do juiz. Ter a pauta é ter a política”. Explicitar o nível de saber produzido no núcleo através do registro de impressões sobre o comportamento do adolescente, sobre o respaldo familiar, sobre as possíveis resistências que serão enfrentadas ao longo do atendimento, é um procedimento que encontra ressonâncias no uso dos colchetes nos documentos produzidos em conferências intergovernamentais descritos por Riles (2001). A autora demonstra como esse artifício é utilizado para que agendas regionais possam ser incluídas nos debates, para que diferentes níveis de ação estejam à vista em um único texto. Da mesma forma, as breves frases dos técnicos com a seleção de suas impressões e informações procuram apresentar ao juiz um nível distinto de saber produzido sobre os meninos.

O esforço em escrever relatórios concisos e diretos, com uma linguagem extremamente padronizada, demonstra que a estrutura estilística dos textos é tão importante quanto o próprio significado do que é escrito. Os relatórios podem ser lidos muito rapidamente, frases podem ser replicadas de uns aos outros sem que isso implique em prejuízos para o adolescente atendido ou para o núcleo. Ainda assim, depois de esboçadas as frases padronizadas, organizada a estrutura do texto, cabe ao técnico demonstrar pela escrita que ao lado desse domínio da redação e do conhecimento enciclopédico das legislações, existe outro tipo de saber fabricado naquele núcleo pela convivência cotidiana com os meninos, saber exclusivo que não pode ser negligenciado. Afinal, como afirmou a

coordenadora do núcleo a um grupo de pais, o juiz não conhece a realidade deles, não sabe como as coisas funcionam naquele espaço. Portanto, da mesma forma como o juiz, sob o ponto de vista da equipe, não tem acesso à realidade cotidiana dos adolescentes e de suas famílias, eles também não têm acesso à forma como os atendimentos precisam ser postos em prática. O conhecimento legal e operacional da organização dos núcleos ou das atividades oferecidas não deixa de obliterar uma série de práticas incertas, definidas caso a caso, adaptadas a cada atendimento, levando em conta cada adolescente. Enfim, ainda que os técnicos estejam sujeitos a “serem processados se mentirem ou esconderem as coisas do juiz”, como também alertou a coordenadora, o domínio daquilo que é escrito e da forma como é escrito escapa à lógica e aos saberes legais. Os técnicos abastecem-se de termos corriqueiros na legislação, de referências aos artigos do ECA ou do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de uma organização textual que privilegie a descrição das áreas que mais exigem encaminhamentos. Mas ainda assim julgam ter em mãos o poder de, ao menos, sinalizar ao juiz aquilo que só eles podem ver.

O segundo documento aqui tratado é o Plano Individual de Atendimento. O PIA é uma exigência judicial para todos os núcleos que oferecem as medidas em meio aberto. Sua necessidade já está prevista no ECA e no SINASE.<sup>7</sup> Assim como o RI, o PIA é elaborado pelo técnico no primeiro encontro individual que tem com o adolescente atendido e seu responsável. Trata-se de uma espécie de questionário em que se encontram os dados pessoais, as informações sobre a configuração familiar (quem vive na casa, quantos anos tem cada um, qual o emprego ou o grau de escolarização, qual o salário), a religião, o histórico de parentes que tenham passagem pela Fundação CASA ou pelo sistema carceral, “as expectativas do adolescente para o futuro” e um Contrato de Compromisso (com os prazos em que as exigências do juiz devem ser cumpridas). Os dados registrados no PIA devem servir de base para todo o atendimento do menino durante o tempo da medida. Até meados de 2012, o preenchimento do PIA era restrito ao núcleo e o documento ali permanecia durante todo o atendimento do adolescente. A tabela do Contrato de Compromisso era preenchida de maneira frouxa, deixando vários campos em branco e muito raramente era atualizada ao longo dos meses. Mudanças exigidas pela implementação efetiva do SINASE fizeram com que os técnicos passassem por uma série de cursos de formação para que transformassem a maneira de elaboração deste plano individual. Foi necessário criar novos modelos, novas técnicas. Foi necessário todo um exercício de reflexão na equipe sobre os próprios objetivos das MSE.

O modelo antigo de Contrato de Compromisso era composto por uma tabela dividida da seguinte maneira: seis “áreas /prazos” na primeira coluna (documentação pessoal, educação, profissionalização, trabalho, saúde e família), e duas colunas laterais com as “ações” e os “resultados”

---

<sup>7</sup> As referências ao Plano Individual de Atendimento foram incluídas no ECA em 2009 (ECA, capítulo 2, artigo 101, parágrafos 4º, 5º e 6º). No SINASE, o capítulo IV também é todo dedicado ao PIA.

esperados. Detalhar o modo como os técnicos costumavam preenchê-lo está fora do escopo deste artigo. É importante dizer, no entanto, que eles procuravam levar em conta possíveis exigências explícitas que os juízes tivessem apresentado no Termo de Entrega. Caso o juiz tivesse exigido escolarização ou inserção no mercado de trabalho, por exemplo, o caráter de obrigatoriedade desses tópicos era salientado pelos técnicos como uma necessidade para o sucesso no pedido de encerramento. No caso de Termos de Entrega em que o juiz se limitava a dizer se a medida a ser cumprida era LA ou PSC e sua duração, havia, para os técnicos, possibilidades mais maleáveis de preenchimento do quadro e, inclusive, a viabilidade de deixar campos em branco.

O formato do quadro do Contrato de Compromisso foi largamente debatido durante meu trabalho de campo, e passou por reformulações. Fica muito evidente, ao acompanhar as discussões da equipe sobre o preenchimento da tabela, que o seu próprio desenho padronizava procedimentos e estabelecia “o formato em que a informação deveria ser armazenada” (Vianna 2010: 259). A troca de experiências entre a equipe para que esse preenchimento se dê da maneira mais adequada são esforços para lidar com o descompasso entre um modelo de atendimento estabelecido por eles mesmos a partir de orientações exteriores ao núcleo, e dominar uma escrita extremamente sintética no preenchimento dos campos da tabela. Eles sabem, no entanto, que um atendimento, em geral, implica em uma série de imprevistos que farão com que o PIA, se levado ao pé da letra, se consultado cotidianamente, seja considerado constantemente obsoleto, como Reed (2006) descreve para o caso dos formulários de uma prisão de segurança máxima em Papua Nova Guiné.<sup>8</sup> Quando os técnicos precisam preencher estes documentos, enfrentam o desafio de prever de antemão as possibilidades que aquele atendimento específico lhes propiciará, evitando, através de uma escrita sucinta e generalizante, a obsolescência exagerada do documento ao longo dos meses.

Nas MSE, não há um lugar de chegada definido como aquele em que elas possam ser consideradas bem cumpridas. No entanto, quando um PIA é preenchido à caneta, em um desenho de tabela que permite pouquíssimas alterações ao longo do tempo da

OBRA SOCIAL DOM BOSCO  
 Uma obra a serviço da vida.

OBRA SOCIAL DOM BOSCO

RUA R. Álvaro de Mendonça, 456 - Itaipava - CEP 08220-971 - C. Postal 32001 - São Paulo - www.obrasocial.org.br - Tel. (11) 4205-1100 - Fax (11) 4205-1100  
 CNPJ 01.882.395/0001-98 - I.E. Sertão - CNIS 22.920/73 - Unidade Pública Federal Doc. 339 - 02/92/92 - Estadual Doc. 5488 - 11/91/90 - Municipal Doc. 4729 - 19/91/89

CONTRATO DE COMPROMISSO

15 - Quadro de Ações e Resultados Definidos Junto ao Adolescente (Com cronograma)

Áreas / Prazos	Ação	Resultado
Documentação Pessoal		
Educação		
Profissionalização		
Trabalho		
Saúde		
Família		

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Adolescente                      Responsável                      Técnico Responsável

Figura 1: Modelo antigo do Contrato de Compromisso.

<sup>8</sup> Reed (2006: 165) demonstra como a maneira incompleta de preenchimento de formulários e os padrões fracos que encontrava ao analisá-los podem indicar a percepção que os funcionários responsáveis por estes preenchimentos têm da distância existente entre a natureza do questionário e as práticas que devem ser descritas em suas lacunas, ou da impossibilidade de que os termos fixos de um documento coincidam com a natureza variada dos eventos.

medida, o modelo de atendimento fica estabelecido, e as metas e os prazos estão estipulados. As mudanças contínuas que um PIA implicaria não preocupavam tanto a equipe porque esta tabela não era enviada ao Judiciário. Como já vimos, o esforço de não fixar excessivamente o atendimento se dava na escrita do Relatório Inicial. Os técnicos que completavam, modificavam ou incluíam informações ao Contrato ao longo da medida, quase exclusivamente precisavam fazê-lo recorrendo à rasura ou à escrita em espaços exteriores aos limites da tabela.

Com as novas exigências impostas a partir da promulgação do SINASE, a equipe se depara com um debate que envolvia, fundamentalmente, reflexões sobre as mudanças naquilo que deveria ser revelado e no que era eclipsado na construção dos saberes (através dos registros escritos) sobre os meninos e sobre o atendimento. A partir desse momento, entram em cena novos agentes que devem participar da elaboração do PIA, e esse Plano ganha um novo estatuto. A exigência de que o PIA saísse dos limites do núcleo e fosse enviado para uma apreciação do tribunal (que poderia aprová-lo ou exigir revisões), fez necessária a introdução de mudanças em seu modelo, em especial no Contrato de Compromisso. Os técnicos desenvolveram uma nova tabela, com maiores espaços e divisões para que pudessem registrar de maneira mais detalhada as suas propostas. Neste novo modelo, cada uma das áreas (documentação pessoal, educação, profissionalização, trabalho, família e saúde) foi subdividida nos tópicos *metas, ação, prazo e resultado*.

A distinção entre metas e ações é descrita no SINASE. De maneira muito resumida, é possível dizer que as metas são os objetivos mais gerais e fixos que devem ser alcançados ao longo da medida, e as ações são as atividades que podem ser realizadas para que essas metas sejam cumpridas. Essa é a descrição mais corriqueira que os técnicos me ofereciam, mas em meio a tantas mudanças, o preenchimento de uma tabela distinguindo esses dois campos não era sempre tão claro para eles. Um dos problemas centrais levantados pelos funcionários de vários núcleos de atendimento diz respeito ao fato de que o estabelecimento de metas excessivamente fixas logo nos primeiros atendimentos, que seriam consultadas no momento de pedido de encerramento, não era viável.

Principalmente porque os técnicos não tinham acumulado informações suficientes sobre o adolescente até o momento de envio do PIA, informações estas que seriam essenciais para poderem acessar até onde aquele adolescente poderia ir durante o atendimento, quais suas resistências, quais as limitações que seriam impostas pelo seu envolvimento com as drogas, pelos problemas familiares etc. Com poucos dados nas mãos e pouco tempo de convivência com os meninos, estabelecer metas fixas parecia, para os técnicos, um grande risco que poderia implicar, depois dos meses de medida, em um não encerramento ou até mesmo em uma internação.

Os modelos de documentos da Dom Bosco são elaborados pelo método de tentativas e recusas. Quando conseguem que uma de suas propostas seja elogiada pelo Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ) ou pela Coordenadoria de Assistência Social (CAS), transformam-na

em modelo fixo. No caso do PIA, mesmo quando os técnicos passaram a enviar sua nova tabela juntamente com os RI, alguns problemas permaneceram. O que são as metas? O que são as atividades? Qual o grau de objetividade que se pode dar a um prazo? Quando não cumprido, deve-se rapidamente avisar o Judiciário, ou há uma possibilidade de flexibilização das datas-limite para as ações dos meninos?

Em cursos de formação, os técnicos receberam alguns exemplos de metas fixas e de atividades maleáveis. Escolarização formal, cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho são exemplos dessas metas, e como já salientado, muitas vezes já vêm delimitadas no Termo de Entrega. É só a partir daí que os educadores podem individualizar seu atendimento, escolhendo, por exemplo, o melhor período na escola, o melhor curso profissionalizante, as melhores opções de atividades lúdicas e culturais na medida, as alternativas para a família, os possíveis encaminhamentos para pleitearem vagas de emprego etc. As metas do PIA, portanto, podem ser pensadas como uma moldura ou um quadro de regras básicas e comuns, que ditam os caminhos na medida, embora permitam (ou exijam) diferenciações caso a caso. Mas, nem tudo está resolvido com essas orientações.<sup>9</sup> Mesmo a rigidez do quadro de metas parece ser dotada de certa porosidade. A tarefa central dos técnicos parece ser a de lidar com essa porosidade nos atendimentos, e saber lançar mão de argumentos que permitam que a rigidez reapareça no momento de escrita dos relatórios.

Apesar de ser possível encontrar um padrão, ou o desenvolvimento de uma estratégia de preenchimento do quadro, as variações não devem ser desprezadas. Justamente porque elas revelam a maneira dinâmica como se constroem os saberes nas medidas socioeducativas. Reve-

Área	
Documentação Pessoal	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Educação	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Profissionalização	Metas:

	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Trabalho	Metas:
	Ação:
	Prazo:
	Resultado:
Família:	Metas:
	Ação:
	Prazo:

Figura 2: Novo modelo do Contrato de Compromisso (com três páginas)

<sup>9</sup> Ouvi muitas vezes em campo, dos próprios funcionários, opiniões como a manifestada por uma das técnicas, de que “o problema das MSE é que é muito aberto. O juiz fala uma coisa, o promotor fala outra, o defensor outra, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) outra... E quem tá no meio é a gente e a família. A gente fica meio perdida às vezes”.

lam ainda o esforço dos técnicos na busca de uma escrita que não possa ser acusada de subjetiva ou pouco técnica por um lado, mas que também não se padronize a ponto de serem encaradas como sintoma de uma “massificação dos atendimentos”. Esse equilíbrio precisa ser trabalhado a todo momento, justamente através dos cursos, das formações, do diálogo entre os membros da equipe, mas, principalmente, através do desenvolvimento de estratégias de escrita, de um exercício linguístico da redação dos documentos (Vianna 2010: 278). É preciso aprender – e isso leva certo tempo – a escrever relatórios e documentos bem fundamentados.

Para encerrar, uma última questão: além de produzirem documentos no núcleo, os técnicos precisam interpretar e responder àqueles que são enviados pelos juízes. O embate por escrito entre juiz e técnico faz com que a medida, em determinados momentos, se transforme em um jogo de retórica e arguição. Porque os relatórios, longe de serem simples versões resumidas ou relatos daquilo que foi trabalhado com o menino, são tratados como parte fundamental do que se entende por MSE. São ferramentas em que, dentro de um modelo fixo de escrita e de tópicos a serem abordados, registram e constroem ações que afetarão diretamente os adolescentes e suas famílias. Os próprios documentos de formação para as equipes desses núcleos consideram que “a criação e preenchimento destes instrumentais de registro não devem ser concebidos como uma mera formalidade burocrática, mas como instrumento de gestão, planejamento e avaliação do programa de liberdade assistida” (ILANUD 2004: 132). Sob o ponto de vista dos técnicos, cabe a eles a tarefa de gerir e avaliar o atendimento, sua eficácia e o seu tempo. Eles são os que convivem com os meninos, conhecem suas histórias e suas famílias. Eles são os que conhecem os limites da própria medida. Para que esse seu saber possa se transformar em ação, uma das únicas armas possíveis é a escrita. Portanto, no diálogo travado com os juízes, os termos padronizados podem ser acionados das mais diferentes maneiras, com os mais diferentes propósitos. Escrever sempre funciona como uma tentativa de convencer o juiz (a quem o técnico descreve como detentor do poder de decisão final) de que o trabalho, dentro das especificidades de cada caso, é o aceitável quando em comparação com o que é exigido nas leis e diretrizes que orientam os atendimentos.

O que pretendi mostrar com isso é que mesmo com a ampliação recente nas diretrizes e legislações manifestada, principalmente, através do SINASE (ou ainda por causa dessa ampliação),

O formulário, intitulado 'Obra Social Dom Bosco', contém os seguintes campos e seções:

- Seção superior: 'Resultado:'
- Seção central: 'Metas:', 'Ação:', 'Prazo:'
- Seção inferior: 'Resultado:'
- Seção de preenchimento: 'Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_'
- Seção de assinaturas: 'adolescente', 'Responsável', 'Técnico Responsável'

**Figura 2:** Novo modelo do Contrato de Compromisso (com três páginas)

pouca coisa parece determinada de antemão nas medidas socioeducativas. Se há mais leis, há mais possibilidades de interpretação, de manejo, de argumentação. No limite, os técnicos não concebem – e entendem que os próprios juízes também não concebem – caminhos fixos para o que seria uma boa medida socioeducativa. Sob o ponto de vista dos técnicos, as dúvidas sobre aquilo que o juiz julgará adequado para cada caso caminham lado a lado com a certeza de que os saberes produzidos pela equipe são os mais legítimos para auxiliarem o Poder Judiciário nessa decisão. Todas as atividades desenvolvidas durante os meses de LA e toda a atenção da equipe aos índices que consideram necessários e suficientes para que uma medida socioeducativa seja considerada adequada, são saberes produzidos exclusivamente no núcleo. Embora informados pelo Judiciário através das diretrizes e legislações, a natureza do atendimento socioeducativo não é jurídica e, portanto, não pode ser acessada pelo juiz sem o auxílio dos técnicos. É somente através desses funcionários e da circulação dos documentos que os efeitos jurídicos podem ser sentidos na vida dos meninos das medidas.

## Bibliografia

- FELTRAN, Gabriel de Santis. 2011. "Diário intensivo – a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto". *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, n.4: 01-44.
- FOUCAULT, Michel. 2009. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- ILANUD e UNICEF. 2004. *Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas*.
- KAFKA, Franz. 2005. *O Processo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LATOUR, Bruno. 2010. *Making the Law. An ethnography of the conseil d'état*. Cambridge: Polity Press.
- REED, Adam. 2006. "Documents Unfolding". In A. Riles (org). *Documents. Artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press. pp. 158-177.
- RILES, Anelise. 2001. *The Network Inside Out*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- VIANNA, Anna Catarina Morawska. 2010. *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate pobreza*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2011. *Ordem pública e Segurança Individual: política e polícia no sertão de Pernambuco*. São Carlos, EDUFSCar.

Recebido em 23/01/2014

Aprovado em 02/05/2014